



A trajetória do estágio supervisionado em serviço social na saúde mental

The trajectory of the internship in social work in mental health

Sofia Laurentino Barbosa Pereira¹

RESUMO:

Realizou-se um resgate da trajetória do estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) nos campos da saúde mental. Tratou-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, com análise a partir do método dialético crítico. Foram localizados e analisados 344 documentos produzidos por 194 estagiários(as) de Serviço Social da UFPI em 18 instituições de saúde mental no período de 1981 a 2019. Nessa série histórica, o estágio supervisionado permaneceu como importante componente curricular e momento privilegiado da formação profissional. A análise desses documentos possibilitou o desvelar de elementos essenciais da história do Serviço Social e da política de saúde mental no Piauí, que precisam ser resgatados e preservados para compreender o tempo presente.

Palavras-chave: serviço social; saúde mental; estágio supervisionado.

ABSTRACT:

A review of the historical trajectory of the supervised internship in the Social Work school at the Federal University of Piauí (UFPI) in mental health was made. This is a bibliographic and documentary study, with a qualitative approach, which used data from a secondary source. 344 documents produced by 194 UFPI Social Work interns in 18 mental health institutions from 1981 to 2019 were located and analyzed. In time course, the Supervised Internship remained an important curricular component and privileged moment of professional training. The analysis of these documents made it possible to reveal essential elements of the history of Social Work and mental health policy in Piauí, which need to be rescued and preserved to understand the present time.

Keywords: social work; mental health; supervised internship.

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq.



Introdução

O presente artigo apresenta os resultados da investigação intitulada “O estágio supervisionado em serviço social na saúde mental: história e memória no âmbito da Universidade Federal do Piauí”², que teve como objetivo resgatar a trajetória do estágio obrigatório no curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI no campo da saúde mental, no período de 1981 a 2019.

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, que utilizou, sobretudo, dados de fonte secundária – documentos produzidos por alunos(as) em seus estágios obrigatórios em instituições que prestam assistência à saúde mental, tais como relatórios, planos de ação, análises institucionais, projetos de intervenção, dentre outros. Foram analisados um total de 344 documentos produzidos por 194 estagiários(as) de Serviço Social da UFPI em 18 instituições de saúde mental no período elencado.

Necessário evidenciar o extenso recorte temporal da investigação realizada, que corresponde a quase quatro décadas. Tal fato colocou grandes desafios à localização, organização e análise dos documentos, que estavam dispersos em diversos espaços da universidade, em arquivos impressos e digitais no Departamento de Serviço Social, na Coordenação de Cursos, no Núcleo de Estágio, no acervo pessoal de docentes que realizaram a supervisão nos referidos campos e de egressos do curso.

Os documentos foram analisados a partir do método dialético crítico de Marx (1989), que implica em uma visão de mundo teórico-crítica, que busca apreender a essência dos fenômenos, suas contradições, sua construção e transformação social e histórica. Dessa forma, a análise compreendeu que os documentos são dotados de significados socio-políticos, sendo fundamentais para compreender da realidade de determinados momentos históricos.

² A pesquisa contou com a participação das discentes de graduação da Universidade Federal do Piauí, Carla Gabriela Nobre da Silva e Dafne Dias Lages Monteiro, contempladas com bolsas de iniciação científica da UFPI da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



O estudo apresenta importante contribuição no que tange ao resgate da memória e sistematização da história do processo formativo no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, especificamente no cerne das reflexões sobre o estágio supervisionado. Ademais, colabora com acúmulo de reflexões acerca da trajetória do Serviço Social e da política de saúde mental na realidade local e regional.

A trajetória do estágio no curso de Serviço Social

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi criado no ano de 1976, através da Resolução nº 02/1976 do Conselho Universitário e reconhecido por Portaria do Ministério da Educação em 1983. Após a sua criação na UFPI, em 1977, o curso oferecia 40 vagas no primeiro vestibular, cuja turma concluiu em abril de 1981 (Ferreira; Silva; Guimarães, 2021). Assim, o primeiro curso do Piauí surgiu tardiamente, 40 anos após a inauguração da escola de Serviço Social pioneira no Brasil, em São Paulo, na região Sudeste. No Nordeste, existiam 8 cursos de Serviço Social ofertados em universidades públicas até então, sendo o primeiro inaugurado na Universidade Federal de Pernambuco em 1940. Na atualidade, apesar da expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no Piauí, sobretudo na modalidade à distância, a UFPI permaneceu sendo a única IES pública que ofertava o curso de Serviço Social no estado.

Até o ano de 2023, o referido curso passou por 04 currículos³. O primeiro currículo pleno criado em 1976, atrelava-se ao currículo mínimo nacional de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE). O segundo currículo do curso de Serviço Social da UFPI foi aprovado em 1987 e o terceiro em 1995, ambos baseados no Parecer nº 412/1982 do CFE, que estabelecia um novo currículo mínimo para as escolas de Serviço Social do Brasil. Seguindo com as discussões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que aprovaram as propostas das Diretrizes Curriculares em 1996, houve, em 2007, a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso

³ Em 2023 foi aprovada uma reformulação do Projeto Político-Pedagógico do curso de Serviço Social, a partir da Resolução CEPEX/UFPI nº 512/2024, implantada a partir do ano de 2024, dando base para o seu quinto currículo.



(PPC) de Serviço Social da UFPI, que deu base para o seu quarto currículo, sendo atualizado em 2012 (Ferreira; Silva; Guimarães, 2021; Guimarães, 1995).

Buriolla (2011) afirma que, no Brasil, o estágio existe desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 1930, sendo parte integrante e obrigatória na formação acadêmica. Todavia, sua concepção, conteúdo e significado sofre alterações no decorrer dos anos, acompanhando as transformações da profissão no decorrer da história. Nessa direção, Caputi (2016) salienta que o estágio supervisionado em Serviço Social acompanha o movimento socio-histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão desde os seus primórdios no país.

Esse contexto não se distingue da realidade posta ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, onde o estágio supervisionado faz parte de todos os currículos implantados ao longo da sua trajetória e, portanto, apresenta-se como um marco fundamental do processo de formação.

O primeiro currículo pleno do curso de Serviço Social da UFPI apresentava uma carga horária mínima de 2.500 horas, sendo 180 horas destinadas ao Estágio Supervisionado I e 180 horas para Estágio Supervisionado II. O currículo II, de 1987, previa uma carga horária mínima de 3.120 horas para o curso e o componente curricular de estágio supervisionado era dividido em Estágio I, com 270 horas, e II, com a mesma carga horária. No currículo III, aprovado em 1994 na UFPI, este componente curricular passa para 450 horas, sendo 225 horas para Estágio Supervisionado I e 225 horas para Estágio Supervisionado II. No Projeto Pedagógico do Curso de 2007, atualizado em 2012, o estágio permanece com a mesma carga horária de 450 horas, tendo como correquisitos as disciplinas de Seminário de Prática I e II, de 60 horas cada, conforme sistematizado no quadro a seguir:



Quadro I – Carga Horária do Estágio Supervisionado no Curso de Serviço Social da UFPI nas revisões curriculares

Currículo Pleno	Ano de Aprovação	Carga Horária Total do Curso	Carga Horária Estágio Supervisionado
I	1976	2.730	180 ⁴
II	1987	3.120	540
III	1994	2.580	450
IV	2007/ 2012	3225	450

Fonte: Sistematização da autora com base dos documentos dos Currículos do Curso de Serviço Social da UFPI (1976, 1987, 1994, 2007, 2012a)

Buriolla (2011) aponta que desde a regulamentação da profissão no país passou a existir legislações específicas sobre o estágio, tais como: a Lei nº 1889/1953, que aborda sobre o Ensino do Serviço Social; o Decreto nº 3511/1954; a Lei nº 3252/1957, que regulamenta a profissão e aponta como uma das atribuições do(a) assistente social a supervisão de estágio; a Resolução do Conselho Federal de Educação nº 242/1970, de 13 de março de 1970, que dispõe sobre o currículo mínimo do curso e estabelece sobre os estágios práticos; o parecer nº 412/1982 do CFE, que aprova um novo currículo mínimo e a Resolução nº 06/1982 que homologa o parecer e preconiza o mínimo de 10% da carga horária total do curso para o estágio supervisionado.

Atualmente, o estágio supervisionado em Serviço Social é regulamentado com base na Lei nº 11.788, na Lei de regulamentação da Profissão, no Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, na Resolução nº 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em consonância com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de forma a oportunizar ao(o) discente o “estabelecimento de relações entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão” (ABEPSS, 2010, p. 14).

Assim, o estágio deve ser materializado na direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo como princípios norteadores: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; a articulação entre a formação e o exercício profissional; a indissociabilidade entre estágio e

⁴ O Currículo Pleno fixava 540h para Estágio Supervisionado, mas de acordo com a Portaria nº 159 de 14 de junho de 1965 só eram computadas 180h para integralização curricular.



supervisão de campo e acadêmica; a articulação entre a universidade e a sociedade; a unidade teoria-prática; a interdisciplinaridade; e a articulação entre ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 2010).

Em síntese, é concebido como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993) (ABEPSS, 1996, p. 19).

Assim, no estágio em Serviço Social, o(a) discente deve ser supervisionado por dois assistentes sociais – um(a) supervisor(a) de campo e um(a) supervisor(a) acadêmico(a) – que tem as seguintes atribuições, segundo a Resolução nº 533/2008 do CFESS:

[...]

Art. 6º. Ao supervisor de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio.

Art. 7º. Ao supervisor acadêmico cumpre o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando à qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão.

Art. 8º. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de:

I. Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio;

II. Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo, limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º;

III. Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio;

IV. Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio curricular obrigatório;

V. Realizar reuniões de orientação, bem como discutir e formular estratégias

VI. Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota (CFESS, 2008).



Nessa direção, Lewgoy (2010) destaca que os(as) supervisores(as), no processo de estágio em Serviço Social, desempenham uma função pedagógica ao constituir o elo privilegiado da relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino. Assim, enquanto processo de formação acadêmica, o estágio exige a interação e construção recíprocas entre estagiários(as), supervisor(a) de campo e supervisor(a) acadêmico(a), cabendo a todo(as) o compromisso de preservação da qualidade do campo de estágio e do processo ensino-aprendizagem.

No Projeto Pedagógico de 2012 da UFPI, a disciplina de Estágio Supervisionado I apresentava como ementa: “Contextualização da prática social implementada no campo de estágio. Análise Institucional. Projeto de Intervenção. Análise dos procedimentos técnico-metodológico da prática profissional” (UFPIb, 2012, p. 83). Já a disciplina de Estágio Supervisionado II consta na ementa: “Inserção do estagiário no contexto dos projetos e atividades do Serviço Social na Instituição. Operacionalização, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção. Análise teórico-metodológica e prática da intervenção do estagiário e avaliação dos resultados” (UFPIb, 2012, p. 85).

Dessa forma, o(a) discente de Serviço Social, ao cursar o estágio elabora uma série de documentos, que vão desde o planejamento das ações a serem desenvolvidas, análises institucionais, projeto de intervenção, relatórios, registros dos processos de trabalhos, dentre outras. Esse material também tem a função de preservar a sistematização das análises e prática institucionais e profissionais, constituindo rico material para pesquisa, considerando que o estágio possibilita a troca direta entre os saberes acadêmicos e as vivências cotidianas nos diversos espaços socio-ocupacionais. Nessa direção, Rosa (2011) salienta ainda que o material produzido pelos(as) estagiários(as) assegura parte da memória do Serviço Social nas instituições, posto que os(as) assistentes sociais têm dificuldade de sistematizar suas ações ou refletir a partir dos seus registros.

Portanto, esses documentos fazem parte da memória do estágio supervisionado e, conseqüentemente, são componentes da trajetória do curso de Serviço Social da UFPI. Todavia, verifica-se que esse registro vem se perdendo ao longo dos anos, pois inexistente uma política de preservação da memória da experiência de estágio, o que



reitera a necessidade de realização de mais estudos que possibilitem o resgate e a preservação dessa história.

A saúde mental como campo de estágio

A saúde mental é uma área histórica de atuação para o Serviço Social, com ampliação da absorção desses profissionais com a intensificação do trabalho em equipe e com a Reforma Psiquiátrica. Isso ocorre em razão, também, da expansão da rede de atenção psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) na realidade brasileira, com foco nos determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado.

De acordo com dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), através de informações do DATASUS no *site* do Ministério da Saúde, em abril de 2024, registram-se 43.240 assistentes sociais atuando no Sistema Único de Saúde em todo o país e, desse total, 4.234 estão inseridos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que são dispositivos estratégicos da política nacional de saúde mental (Brasil, [2024]).

Ademais, no Brasil, na atualidade, o Serviço Social é reconhecido como profissão da área da saúde, ao lado de outras categorias profissionais de nível superior, expresso na Resolução nº 218/1997 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1997), ratificada pela Resolução nº 287/1998, assim como pelo CFESS, através da Resolução nº 383/1999. Destaca-se que o assistente social não é um profissional exclusivo da saúde, como aponta a Resolução nº 393/1999 do CFESS (1999): “Art. 2º - O assistente social atua no âmbito das políticas sociais e, nesta medida, não é um profissional exclusivamente da área da saúde, podendo estar inserido em outras áreas, dependendo do local onde atua e da natureza de suas funções”.

Dessa forma, o assistente social é um profissional de nível superior que tem uma formação generalista, no campo das Ciências Sociais aplicadas, inserida na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho, que atua no campo da saúde, mas também em outros espaços socio-ocupacionais.



Apesar da significativa absorção de assistentes sociais nas políticas de saúde e saúde mental, em pesquisa realizada por Lustosa (2013) na Universidade Federal do Piauí, assim como em estudo de Patriota *et al.* (2010) no contexto do estado da Paraíba, evidenciou-se que essas temáticas ainda são pouco estudadas no processo de formação dos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil.

Ao analisar a trajetória das revisões curriculares no curso de Serviço Social da UFPI, foi verificado a presença dos seguintes componentes curriculares que discutem temas relativos à saúde / saúde mental:

Quadro II – Disciplinas com temáticas relacionadas a saúde mental nos currículos do curso de Serviço Social da UFPI

Currículo Pleno	Ano	Nome da disciplina	Carga horária	Modalidade
I	1976	Introdução a Psicologia	60	Disciplina obrigatória
		Psicologia Geral	60	Disciplina obrigatória
		Psicologia da Personalidade	60	Disciplina obrigatória
		Serviço Social Médico	60	Disciplina optativa
II	1987	Psicologia Geral	60	Disciplina obrigatória
		Psicologia Social	60	Disciplina obrigatória
		Psicologia do excepcional	60	Disciplina optativa
III	1994	Psicologia Social	90	Disciplina obrigatória
IV	2007/ 2012	Psicologia Social	90	Disciplina obrigatória
		Tópico Especial de Saúde Mental	60	Disciplina optativa

Fonte: Sistematização da autora com base nos Currículos do Curso de Serviço Social da UFPI (1976, 1987, 1994, 2007, 2012a)

No primeiro currículo pleno é possível verificar um enfoque psicologista na formação, com três componentes curriculares obrigatórios voltados para a psicologia, além de uma optativa sobre o Serviço Social médico. No currículo II, a psicologia passa a ser obrigatória em duas disciplinas, havendo uma alteração na proposta curricular, com a predominância de disciplinas nas áreas da sociologia, filosofia e política. No currículo III, permanece o destaque na filosofia, política e formação socioeconômica, enquanto há uma redução do quantitativo de matérias voltadas para a sociologia e psicologia (Guimarães, 1995). No Projeto Pedagógico de 2007, atualizado em 2012, a



disciplina de Psicologia Social permanece como obrigatória e a temática da saúde / saúde mental está presente em ementas e bibliografias de alguns componentes curriculares, tais como Processo de Trabalho do Serviço Social, Política Social, Estágio Supervisionado e Seminário de Prática. Além disso, a cada semestre são ofertadas disciplinas optativas denominadas Tópico Especial, que podem abordar temas diversos, dentre eles, a discussão da saúde mental.

Verifica-se que as transformações nos currículos do curso de Serviço Social da UFPI acompanham os acontecimentos socio-históricos da profissão no Brasil, assim é atravessado pela conjuntura política, econômica e cultural do país. Isto, pois, parte-se da compreensão de que o Serviço Social precisa ser apreendido na história da sociedade, da qual é parte e expressão, como já afirmava Iamamoto (2015).

Importante salientar que, na atualidade, a formação em Serviço Social no Brasil é balizada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que são resultantes de uma construção histórica e coletiva da categoria, sendo expressão do Projeto Ético-Político da profissão, propondo uma formação que possibilite:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7)

Desta forma, no contexto brasileiro, o Serviço Social tem uma formação generalista e crítica, que expressa uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, que possibilita apreender o movimento da totalidade e baliza a inserção profissional nos diversos espaços socio-ocupacionais, permitindo ao(a) assistente social explicitar e dar respostas as diferentes expressões da questão social.



Segundo Guimarães (1995), a trajetória das revisões curriculares no curso de Serviço Social da UFPI aponta que, apesar de pouco presente nos componentes curriculares, nas décadas de 1980 a 1990, a área da saúde e saúde mental foi uma das que mais se destacou enquanto campo de estágio obrigatório de discentes do curso de Serviço Social da UFPI. Lustosa e Rosa (2015) afirmam que esse cenário não sofreu grandes alterações nos anos posteriores, ao verificarem que cerca de 50% dos estágios supervisionados realizados no referido curso nos últimos 15 anos aconteceram nas políticas de saúde e saúde mental. Isso revela que o estágio aparece como um dos principais – quando não o único – espaço de aproximação do estudante de Serviço Social com essa área.

Em levantamento realizado em arquivos físicos e digitais no Departamento de Serviço Social, Coordenação de Curso e Núcleo de Estágio da Universidade Federal do Piauí, foi possível localizar a documentação de 194 alunos(as) do curso de Serviço Social que realizaram seus estágios obrigatórios em 18 instituições de saúde mental de Teresina, capital do Piauí.

Apesar o curso ter sido criado em 1976, sabe-se que o estágio é desenvolvido apenas nos últimos semestres do curso, de modo que o documento mais antigo localizado, que trata de estágio supervisionado em um campo da saúde mental, data de 1981. O recorte temporal do estudo se deu até o ano de 2019, considerando que, com a pandemia da covid-19, houve suspensão das atividades de estágio no curso nos anos de 2020 e 2021.

Assim, foram identificados um total de 344 documentos, no período de 1981 a 2019, tais como: relatórios, análises institucionais, projetos de intervenção, planos de ação, dentre outros. O quadro a seguir apresenta a inserção de estagiários(as) por década e instituições:



Quadro III – Campos de estágio supervisionado na área da saúde mental por década / período

Instituição / Campo de Estágio	Décadas / Períodos de inserção de estagiários			
	1980 - 1989	1990 - 1999	2000 - 2009	2010 - 2019
Clínica Médica Psicológica do Piauí	1981 - 1982			
Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu	1985 – 1987	1990 – 1995	2000 – 2006	2010 – 2014; 2019
Hospital-Dia Dr. Wilson Freitas	1986 – 1987	1990 – 1999	2000 – 2009	2012 – 2015
Centro de Atenção Psicossocial - CAPSi Dr. Martinelli Cavalca		1995 - 1996;	2000 – 2013	
Clínica Terapêutica Gesta			2002 – 2003	
Sanatório Meduna			2004 - 2005	
Hospital-Dia Dr. Clidenor Santos			2004 - 2005	
Unidade Integrada do Mocambinho - Hospital do Mocambinho			2006 – 2007	2013 – 2017
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II Leste			2006 – 2009	2010 – 2017
Coordenação de Atenção a dependentes químicos			2006 - 2009	
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II Sudeste				2010 - 2011
Casa De Acolhimento Transitório Infanto-Juvenil				2012 - 2013
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II Sul				2013 – 2019
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III Sul				2015 – 2019
Leitos de atenção psicossocial – Maternidade Evangelina Rosa				2017 – 2018
Consultório na Rua				2017 – 2018
Centro de Atenção Psicossocial – CAPSi Dr. Alexandre Nogueira				2018 - 2019
Núcleo Ampliado de Saúde da Família – NASF Sul				2019

Fonte: Sistematização da autora com base em documentação de estágio em Serviço Social da UFPI

Verifica-se que, de 1981 a meados de 2005, há uma absorção significativa de estagiários de Serviço Social da UFPI em instituições que prestam assistência às pessoas com transtornos mentais de base hospitalar, tais como Hospitais Psiquiátricos (Areolino de Abreu e Meduna), assim como Hospitais-Dia e clínicas particulares (Clínica Médica



Psicológica do Piauí e Clínica Terapêutica Gesta). Esse cenário revela os marcos temporais do modelo manicomial, que prevaleceu durante muitos anos no Brasil, e no Piauí não foi diferente.

Importante salientar que algumas dessas instituições não existem mais, tais como o Sanatório Meduna, o Hospital-Dia Dr. Wilson Freitas e o Hospital-Dia Dr. Clidenor Santos, sendo gradativamente sendo substituídas por serviços de atenção psicossocial de base comunitária, o que reforça a importância desses documentos como registros históricos.

Essa trajetória foi resultado de uma série de acontecimentos na política de saúde mental da época, fruto de lutas do Movimento de Reforma Psiquiátrica que, sobretudo com a promulgação da Lei nº 10.216/2001, passa a ter como foco o tratamento em serviços comunitários de saúde mental, visando romper com a lógica manicomial, historicamente marcada pelas denúncias de violações de direitos humanos. Tais fatores também tiveram repercussões no cenário piauiense, que gerou a expansão de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na capital e sua descentralização e regionalização em municípios no interior do Estado.

Assim, partir da década de 2000, sendo intensificado no período de 2010 a 2019, observa-se uma diversificação de campos de estágio de Serviço Social da UFPI na área da saúde mental. Destaca-se a inserção de estagiários(as) nos CAPS em suas diferentes modalidades (tais como tipo II, III e infantojuvenil), assim como outros dispositivos estratégicos da RAPS, como Consultório na Rua, NASF, Centro de Acolhimento Transitório, dentre outros.

Ao analisar a absorção de estagiários(as) nos campos de saúde mental de acordo com os currículos do curso de Serviço Social da UFPI, verifica-se que 03 discentes realizaram o estágio com base no currículo I (1976), 32 seguindo o currículo II (1987), 61 conforme o currículo III (1994) e 101 discentes cursaram o estágio supervisionado após a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de 2007, atualizado em 2012. Deste modo, há uma ampliação de alunos(as) de Serviço Social que se inseriram na área após 2007, com a vigência do referido currículo.



Importante refletir sobre a formação e o trabalho profissional nessa série histórica. O Serviço Social vem acompanhando as modificações no campo da saúde mental ao longo de sua trajetória. Em determinado momento prevalece uma formação pautada na perspectiva higienista, com abordagens psicologizantes, com uma atuação subalterna ao saber médico e inserido sobretudo nos grandes hospitais psiquiátricos. Com o passar do tempo, a formação e o trabalho do(a) assistente social na saúde mental se alteram, sofrendo rebatimentos dos movimentos de Reforma Sanitária, Reforma Psiquiátrica e especificamente, no âmbito do Serviço Social, do Movimento de Reconceituação, com ênfase da perspectiva de intenção de ruptura, o que é perceptível na análise dos documentos de estágio no percurso dos anos.

Portanto, espera-se que, para exercer na saúde mental na atualidade, a formação dos(as) assistentes sociais possibilite o diálogo entre “os conhecimentos do campo do Serviço Social, da saúde, da saúde mental e das demais políticas públicas indispensáveis para defender a cidadania, nesse campo de intervenção e de cuidado com a vida” (Araújo; Joazeiro, 2020, p. 175).

Formação entendida não como “simples treinamento, adestramento, capacitação, otimização de recursos humanos, ou mesmo simples processo de transferência de conhecimentos” (Amarante, 2015, p. 65), e sim como possibilidade de emancipação, criação de projetos e de uma visão crítica, como defendia Paulo Freire (2018). Nessa direção, a formação de novos quadros de assistentes sociais é essencial para dar continuidade à história e à identidade construída pela profissão ao longo das últimas décadas, sobretudo com a consolidação do seu Projeto Ético-Político, reafirmando o compromisso da categoria com a classe trabalhadora, os direitos humanos, a justiça social, a democracia, a cidadania, associado a uma perspectiva societária emancipatória.

Em relação ao perfil dos(as) discentes que realizaram estágio nessas instituições, os documentos revelam que cerca de 96% são do sexo feminino. O estudo apresenta dados apenas dos(as) discentes de Serviço Social da UFPI que realizaram o estágio em campos da saúde mental, no entanto, representa uma amostra significativa dos(as) estudantes e da categoria no Piauí ao longo de quatro décadas.



Essa tendência permanece em relação ao perfil dos(as) supervisores docentes e de campo nesse período. Os documentos apontam que, pelo menos, 40 assistentes sociais de diversas instituições de saúde mental de Teresina contribuíram como supervisores(as) de campo de estágio no período de 1981 a 2019. Desse número, foi identificado apenas 01 assistente social do sexo masculino que atuou como supervisor. Em relação aos(as) supervisores(as) acadêmicos(as), cerca de 11 docentes do Departamento de Serviço Social da UFPI atuaram na supervisão do estágio obrigatório e, desse total, também somente 01 do sexo masculino.

Esses dados revelam os traços de gênero que marcam a trajetória da profissão desde a sua gênese, como já apontado por Iamamoto e Carvalho (2010). Por conseguinte, o Serviço Social é reconhecido historicamente como uma profissão majoritariamente feminina e o gênero é um dos componentes basilares na construção da identidade profissional:

A presença marcante de mulheres na composição da categoria profissional, bem como no seu público usuário, não é algo apenas importante para ser analisado, mas indispensável para o entendimento do significado socio-histórico e ideopolítico do Serviço Social ao passo que constitui um dos selos da identidade profissional, assim como está eivada de determinações e implicações sociais (Cisne; Santos, 2018, p. 151).

Esses marcos de gênero permanecem na atualidade, como constatado nos dados do perfil profissional de assistentes sociais publicado no ano de 2022 pelo Conselho Federal de Serviço Social, onde consta que, no Brasil, cerca de 92% da categoria é conformada por mulheres, permanecendo esse mesmo percentual no estado do Piauí (CFESS, 2022).

Todos os documentos analisados ao longo de quase quatro décadas sinalizam a presença dos(as) supervisores(as) que, juntamente com o(a) estudante, compõem o processo de estágio em Serviço Social da UFPI. Sabe-se, no entanto, que o significado da supervisão e o papel desses(as) sujeitos sofre alteração ao longo dos anos. Sobre isso, Lewgoy (2010), aponta que a supervisão surge no Serviço Social ainda quando este tinha caráter de vocação e vai se desenvolver para atender à necessidade de orientação, coordenação e administração, em uma perspectiva de treinamento. Nesse contexto, o



estágio correspondia a um modo de aprender decorrente da compreensão do quê e como fazer, de forma que o supervisor exercia um papel de natureza muito mais administrativa do que pedagógica. Assim, a supervisão assumiu o historicamente o significado de “ensino da prática”, o que sofreu alteração ao longo dos anos.

A partir da leitura dos documentos produzidos pelos(as) estagiários ao longo dessa série histórica, percebe-se que, de forma geral, é no estágio que o(a) estudante de Serviço Social tem o primeiro – e muitas vezes único – contato com a política de saúde mental durante a sua formação na UFPI. Nessa direção, a documentação analisada evidencia que a supervisão acadêmica é fundamental para fornecer os subsídios e conhecimentos teórico-metodológicos para fundamentar e direcionar a atuação no campo de estágio, assim como possibilita relacionar o arcabouço teórico que é aprendido na formação acadêmica do Serviço Social aos que são mais específicos da saúde mental.

Outro aspecto destacado em diversos documentos ao longo desse período é que, na maioria das vezes, o estágio supervisionado é o primeiro contato do(a) discente com o exercício profissional do(a) assistente social. Sobre isso, vários trechos evidenciam que é no estágio que é possível estabelecer a relação entre a “teoria e a prática”, como se fossem processos distintos. Isso remete a alguns mitos que ainda rondam a profissão, de que “na prática, a teoria é outra”. Para Forti e Guerra (2016), esses equívocos são resultados de uma apreensão equivocada da teoria, em que se acredita que ela se transforma de forma imediata em prática e, por si só, oferece os procedimentos para a intervenção. Da mesma forma, há um entendimento incorreto de prática apreendida como sinônimo de instrumentos e técnicas. Para as autoras, isso expressa a dificuldade de apreensão da inter-relação entre dimensões que conformam os fundamentos teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do exercício profissional do(a) assistente social.

Outra informação relevante nos achados, diz respeito à natureza das instituições campos de estágio. Dos 18 campos da área da saúde mental identificados, apenas 02 são de natureza privada: a Clínica Médica Psicológica do Piauí e a Clínica Terapêutica



Gesta. Destaca-se ainda acerca do Sanatório Meduna, que era da esfera privada, mas tinha convênio com o SUS.

Esses elementos revelam características do mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil que, historicamente, tem no setor público seu principal espaço socio-ocupacional de atuação. Segundo Iamamoto e Carvalho (2010), foi a crescente intervenção do Estado, principalmente mediante a oferta de políticas sociais na década de 1940, que criou condições para a profissionalização do Serviço Social, abrindo espaço no mercado de trabalho para a profissão atuar como um agente legitimado pelo Estado burguês para intervir frente à questão social, atuando na reprodução, acumulação e valorização do capital.

Essa trajetória reverbera no perfil do mercado de trabalho do Serviço Social no tempo presente. Sobre isso, ainda segundo dados do CFESS, verifica-se que a profissão se insere sobretudo na esfera pública estatal, o que corresponde a quase 60% das(os) assistentes sociais do país, dos(as) quais 43,59% atuam no âmbito municipal, 11,01% na esfera estadual e 5,20% federal. No Piauí, esse número é ainda maior, com o percentual de cerca de 70% de assistentes sociais que trabalham no setor público (CFESS, 2022).

No âmbito das instituições que foram campos de estágio supervisionado de Serviço Social na saúde mental da UFPI, percebe-se essa mesma tendência. Os achados apontam que 44,44% das instituições são da esfera pública municipal, em Teresina; 33,33% da esfera pública estadual do Piauí; e 22,22% são da esfera privada. Observa-se ainda que, desde 2005, não há inserção de estagiários em campos da saúde mental de natureza privada.

Assim, a partir da análise dos documentos produzidos por estudantes de Serviço Social em seus estágios em instituições da saúde mental no Piauí, no lapso temporal de quase quatro décadas, é possível “rever o passado para iluminar o presente” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27), refletindo sobre as marcas e traços históricos da profissão e seus rebatimentos na atualidade. Construir essa tessitura do caminho percorrido pelo Serviço Social e pelos sujeitos que fizeram a política de saúde mental no cenário local é fundamental para ressignificar os acontecimentos passados e lançar luzes para enfrentar os desafios do tempo presente.



Considerações finais

O estudo em tela possibilitou compreender parte da série histórica do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, em sua articulação com a trajetória da política de saúde mental no contexto local e regional. Desde o seu surgimento, em 1976, até o ano de 2024, o referido curso passou por cinco revisões curriculares, que revelam marcos importantes do processo formativo da profissão ao longo dos anos, que estão alinhados as transformações e acontecimentos de diferentes épocas, em âmbito regional e nacional. Isto, pois, entende-se que o Serviço Social só pode ser compreendido se inserido em um contexto socio-histórico e articulado com as dimensões econômicas, políticas, culturais e as particularidades de cada região.

Nesse lapso temporal, o estágio supervisionado permaneceu como importante componente curricular e momento privilegiado da formação profissional. Assim, a análise dos documentos produzidos por estagiários(as) em diversas instituições e períodos possibilitaram o desvelar de significativos elementos da história do Serviço Social e da política de saúde mental no Piauí, que precisam ser resgatados e preservados.

Dito isto, espera-se colaborar com o acúmulo de reflexões acerca do Serviço Social na saúde mental, além de possibilitar um olhar amplo sobre a formação profissional, apresentando elementos do percurso histórico da profissão e seus rebatimentos na atualidade, que podem contribuir para avaliação sobre o processo formativo e o perfil de assistentes sociais que estão sendo formados para atuar nas políticas públicas e nos serviços de saúde mental.

Por fim, evidencia-se a necessidade do aprofundamento desse debate, como exigência para qualificação do trabalho dos(as) assistentes sociais na política de saúde mental, possibilitando articulação entre os marcos legais da profissão, tendo como referência o Projeto Ético-Político, com as propostas da Reforma Sanitária e Psiquiátrica, a partir de fundamentos teórico-metodológicos críticos.



Referências

- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes gerais para o curso de serviço social*. Brasília, DF: ABEPSS, nov. 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Política Nacional de Estágio em Serviço Social*. Brasília, DF: ABEPSS, 2010. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/politica-nacional-de-estagio-da-abepss-11>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- AMARANTE, P. Cultura da formação: reflexões para inovação no campo da saúde mental. In: AMARANTE, P.; CRUZ, L. B. (org.). *Saúde mental, formação e crítica*. Rio de Janeiro: LAPS, 2015. p. 65-79.
- ARAÚJO, L. J. C.; JOAZEIRO, E. M. G. Formação profissional, saúde mental e políticas sociais públicas: desafios da atualidade. *Argumentum*, Vitória, v. 12, n. 2, p. 165–184, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/28383>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BRASIL. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES. *Recursos humanos: profissionais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2024]. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BURIOLLA, M. A. F. *O estágio supervisionado*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. *Katálysis*. Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4sCD3tTKhZ4zBZt4BJ9gMXp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília, DF: CFESS, 2022.
- CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução nº 383 de 29 de março de 1999*. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Brasília, DF: CFESS, 1999.
- CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008*. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.



CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 218* de 06 de março de 1997. Brasília, DF: CNS, 1997. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html. Acesso em: 15 jun. 2024.

FERREIRA, M. D. M.; SILVA, M. R. F.; GUIMARÃES, S. J. O Serviço Social no Piauí. In: SILVEIRA JUNIOR, A. A. (org.). *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba: CRV, p. 67-80, 2021.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra?. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). *Serviço social: temas, textos e contextos*. 5ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 9-30.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GUIMARÃES, S. de J. *Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina: EDUFPI, 1995.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 31. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. (Org.). *A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021. p. 25-67.

LEWGOY, A. M. B. *Supervisão de estágio em Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUSTOSA, A. F. M. *Formação Acadêmica do Assistente Social para atuar na Saúde Mental: tensionamentos entre a particularidade e a generalidade*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, 2013.

LUSTOSA, A. F. M.; ROSA, L. C. S. Ensino na saúde/saúde mental no Serviço Social brasileiro e piauiense. In: IVO, J. et al. (org.). *Ensino na saúde: narrativas, experiências e invenções de caminhos*. Teresina: Livraria Nova Aliança Editora, 2015. p. 203-224.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Mandacaru, 1989.

PATRIOTA, L. M.; EULÁLIO, M. C., LIMA, G. S., SILVA, M. D. A saúde mental na formação do Curso de Serviço Social. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2010. Disponível em:



<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7280>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ROSA, L. C. dos Santos. Docência em serviço social na saúde mental no Piauí: um relato e balanço autobiográfico. In: ROSA, L. C. (org.). *A saúde mental sob o prisma acadêmico: a experiência em serviço social da UFPI na docência, nos estágios e em produção do conhecimento*. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 31-60.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 169* de 20 de outubro de 2012. Aprova Alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação - Bacharelado em Serviço Social/UFPI. Teresina: UFPI, 2012a.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 013/2007*, de 25 de janeiro de 2007. Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social - Modalidade Bacharelado/UFPI - Campus “Ministro Petrônio Portella”. Teresina: UFPI, 2007.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 91/1994*. III Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 1994.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. *Resolução nº 10/1987*, de 06 de julho de 1987. Aprova Proposta do Currículo Pleno do Curso de Serviço Social. Teresina: UFPI, 1987.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Universitário - CONSUN. *Resolução nº 02/1976*. Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 1976.

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Projeto pedagógico do curso de bacharelado em serviço social*. Teresina: UFPI, 2012b.

Recebido em: 15/03/2023

Aceito em: 02/07/2024